

Chivas Participações S.A.

CNPJ/ME nº 48.440.032/0001-34 - NIRE 35300609328

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/05/2023

1. Data Hora e Local: Aos dias 31/05/2023, às 09:00 horas, na Rua Samuel Morse, nº 134, conj. 173, cidade monções, cidade de São Paulo/SP, CEP 04576-060.

2. Convocação: Independente de publicação, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

3. Presença: Totalidade dos acionistas presentes.

4. Mesa: Presidente: Roberto Chilvarguer; Secretário: Roberto Chilvarguer.

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (a) alteração da razão social da companhia; (b) alteração da sede da companhia; (c) alteração do objeto social; (d) renúncia da atual Diretoria da companhia; (e) eleição de novo Diretor-Presidente; (f) transferência das ações e alteração do valor do capital social; (g) consolidação do estatuto social.

6. Deliberações: (a) A companhia decide alterar a razão social para **Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A.** alterando o Art. 1º do estatuto social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 1º. A Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A. (‘Companhia’) é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e pelas disposições que lhe forem aplicáveis.”** (b) A companhia decide alterar a sede para Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.140, 7º Andar, Conj. 71, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-930, alterando o Art. 2º do estatuto social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 2º. A companhia tem sua sede, fuso e domicílio na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.140, 7º Andar, Conj. 71, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-930 e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria/Assembleia Geral.”** (c) A sociedade decide alterar o objeto social para (i) a aquisição e securitização de créditos mercantis (“Créditos Mercantis”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Classificação do CNAE do objeto acima será 64.92/1-00 - Securitização de créditos. Frente à deliberação tomada acima, altera-se o Art. 3º do estatuto social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 3º. A Companhia tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos mercantis (“Créditos Mercantis”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Classificação do CNAE do objeto acima será 64.92/1-00 - Securitização de créditos.”** (d) A companhia aprova a renúncia do Sr. **Pedro Vinícius Santana**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 42.809.488 SSP/SP e do CPF/ME 385.207.328-60, com endereço comercial à Rua Teodoro Sampaio, nº 399, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05405-005 e do Sr. **Rafael José Severino da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 42.809.488 SSP/SP e do CPF/ME 350.350.644.968-00, com endereço comercial à Rua Teodoro Sampaio, nº 399, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05405-005, conforme termos de renúncia (Anexo II e III). (e) A companhia aprova a eleição do novo Diretor-Presidente da companhia, Sr. **Roberto Chilvarguer**, brasileiro, administrador, divorciado, portador da cédula de identidade nº 19.426.588 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 266.579.558-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Caropá, nº 90, Vila Madalena, CEP: 05447-000 (“Roberto”), com mandato de 03 anos, vigente até 31/05/2026, conforme termo de posse (Anexo IV). (f) Neste ato, os acionistas **Pedro Vinícius Santana**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 42.809.488 SSP/SP e do CPF/ME 385.207.328-60, com endereço comercial à Rua Teodoro Sampaio, nº 399, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05405-005 cedem e transferem, a título oneroso, a totalidade de suas ações no valor de R\$ 100,00, divididas em 100 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, para o novo acionista, **Roberto Chilvarguer**, brasileiro, administrador, divorciado, portador da cédula de identidade nº 19.426.588 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 266.579.558-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Caropá, nº 90, Vila Madalena, CEP 05447-000, conforme termo de transferência de ações (Anexo V) e Boletim de Subscrição (Anexo VI). Ato contínuo, aprova o aumento do capital social em R\$ 9.900,00, representadas por 9.900 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, alterando o capital social de R\$ 100,00, representado por 100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas para o capital social de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição (Anexo V). Frente à deliberação acima tomada, altera-se o Art. 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 5º O capital social é de R\$ 10.000,00, divididos em 10.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.”** (g) Aprova a nova redação do Estatuto Social da Companhia (Anexo I).

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada de forma unânime pelos presentes.

Roberto Chilvarguer - Presidente; **Roberto Chilvarguer** - Secretário, JUCESP sob nº 250.992/23-1 em 23/06/2023.

a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A. - CNPJ/ME nº 48.440.032/0001-34 - NIRE 35300609328.

Capítulo I - Da denominação, sede, objeto e duração: **Art. 1º.** A Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e pelas disposições que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. A Companhia tem sua sede, fuso e domicílio na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.140, 7º Andar, Conj. 71, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-930 e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria/Assembleia Geral.

Art. 3º. A Companhia tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos mercantis (“Créditos Mercantis”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Classificação do CNAE do objeto acima será 64.92/1-00 - Securitização de créditos.

Art. 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II - Do capital social e das ações. **Art. 5º.** O capital social é de R\$ 10.000,00, divididos em 10.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

§ 1º. As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. Mediante solicitação do acionista neste sentido, serão emitidos títulos ou certificados representativos de ações, assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente.

Art. 6º. A Companhia poderá, nos aumentos de capital, emitir ações ordinárias ou ações preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às ações preferenciais, o limite máximo de 50% do total das ações emitidas de acordo com o disposto no art. 15, § 2º da Lei das S.A.

Art. 7º. As ações representativas do capital social são indissociáveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Art. 8º. As ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

Art. 9º. As emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral.

§ 1º. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Art. 10º. É assegurado o direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável.

Capítulo III - Da Assembleia Geral:

Art. 11º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses, após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigem.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada e instalada em observância às disposições legais aplicáveis. A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia Geral.

§ 3º. O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não sendo permitido que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo.

Art. 12º. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas em Lei, deliberar acerca das seguintes matérias:

- (i) Reformar este Estatuto Social;
- (ii) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores (incluindo Diretores e membros do Conselho Fiscal) da Companhia;
- (iii) Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por elas apresentadas;
- (iv) Autorizar a emissão de debêntures;
- (v) Suspender o exercício dos direitos dos acionistas;
- (vi) Deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrem para a formação do capital social;
- (vii) Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (viii) Autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial;

§ 1º. As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A., conforme alterada.

Capítulo IV - Da administração - Seção I - Da Diretoria:

Art. 13º. A Companhia será representada da seguinte forma: será administrada isoladamente pelo Diretor-Presidente, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição.

(i) Para a prática de atos que envolvam a representação da Companhia em processos Judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;

(ii) Apresentar bens em garantias reais para terceiros, inclusive bens imóveis, e assinar contratos e alterações, inclusive de empréstimos;

(iii) Instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;

(iv) Planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;

(v) Representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas, se houver;

(vi) Exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

§ 1º. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia e pelo Diretor-Presidente, Sr. **Roberto Chilvarguer** acima qualificado, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, exceto pelas procurações *ad judicium* que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado.

§ 2º. A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

Art. 14º. Compete especificamente ao Diretor-Presidente:

- (i) instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- (ii) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (iii) representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas, se houver;
- (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

§ 1º. O Diretor-Presidente será eleito pela Assembleia Geral dos acionistas e exercerá a função durante seu mandato. Na hipótese de impedimento, ausência, interdição ou falecimento do Diretor-Presidente, outro Diretor substituirá o Diretor-Presidente, sendo investido em suas funções, e convocará a Assembleia Geral dos acionistas para eleger um novo membro para ocupar o cargo vago.

Art. 15º. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

§ 1º. As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Diretor-Presidente um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal secretário seja membro da Diretoria.

§ 2º. Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente ou que o respectivo voto seja enviado à sociedade na forma do parágrafo terceiro abaixo.

§ 3º. Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, fax, carta ou telegrama enviados à Companhia em atenção do Diretor-Presidente e caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

§ 4º. Nas reuniões da Diretoria deliberarão os votos de todos os membros, devendo ser escolhido pelo Diretor-Presidente um voto de qualidade em caso de empate.

§ 5º. As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

§ 6º. O Presidente da reunião de Diretoria deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal Acordo.

Art. 16º. A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal, global ou individual, obedecido o disposto no *caput* do art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretoria, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global.

Seção II - Do Conselho Fiscal:

Art. 17º. O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em Lei, será composto de 3 a 5 membros e igual número de suplentes.

§ 1º. O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

§ 3º. Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

§ 4º. Em caso de impedimento ou ausência permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante.

Capítulo IV - Do exercício social e demonstrações financeiras:

Art. 18º. O exercício social iniciar-se-á em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de junho de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

§ 1º. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei:

- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (iii) demonstração do resultado do exercício;
- (iv) demonstração dos fluxos de caixa.

§ 2º. Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração para constituição de reserva para contingências, se proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral;

§ 3º. A Diretoria poderá elaborar, com observância dos preceitos legais aplicáveis, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, e demonstração do resultado do exercício;

Art. 19º. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
- (ii) constituição de reserva para contingências, se proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral;
- (iii) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral;
- (iv) saldo do lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposta pela Administração e deliberação da Assembleia Geral.

Art. 20º. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do saldo do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das S.A. **§ 1º.** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 2º. A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes.

Art. 21º. A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio *ad referendum* da Assembleia Geral. Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos Juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Capítulo V - Da prática de atos ultra vires:

Art. 22º. É expressamente vedado e será nula de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator desse dispositivo.

Capítulo VI - Da liquidação:

Art. 23º. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo VII - Das disposições gerais:

Art. 24º. Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes.

Art. 25º. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigarão-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara.

Art. 26º. A qualquer tempo, o tipo jurídico da Companhia poderá ser transformado em outro por decisão de acionistas representando, pelo menos, 51% do capital social, em Assembleia Geral.

Art. 27º. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, São Paulo, 31 de maio de 2023.

Pedro Vinícius Santana - Diretor e Acionista; **Rafael José Severino da Silva** - Diretor e Acionista; **Roberto Chilvarguer** - Diretor-Presidente e Acionista.